

Laudos ampliam incertezas em São Tomé

Foto: Romildo de Jesus

RAYLLANNA LIMA
REPORTER

que começou como denúncia de pescadores sobre manchas estranhas no mar de São Tomé de Paripe, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, evoluiu para uma emergência ambiental oficialmente reconhecida pela Prefeitura e uma disputa aberta sobre quem deve responder pelos danos ambientais e sociais provocados na região.

Quase quatro meses após os primeiros relatos, laudos do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) confirmaram a presença de metais pesados e compostos nitrogenados em sedimentos, água e organismos marinhos coletados na faixa litorânea. O cenário levou o município a decretar situação de emergência por 90 dias, enquanto moradores e pescadores seguem sem respostas definitivas sobre os riscos à saúde, o impacto na pesca e a responsabilização pelas medidas de recuperação ambiental.

A crise ganhou repercussão ainda em fevereiro, quando pescadores passaram a divulgar vídeos nas redes so-

CRISE
Pescadores denunciaram manchas escuras na água



ciais mostrando manchas azuladas, amareladas e escuras na água, além da morte de peixes, siris e outros animais marinhos. Na época, em 25 de fevereiro, a Tribuna da Bahia publicou reportagem sobre o caso após denúncias do pescador e mergulhador Atan Gama, que apontava suspeita de despejo irregular de resíduos químicos na região portuária.

“Eu não falo aqui só como cidadão. Eu falo como filho de pescador. Eu falo como pescador e mergulha-

dor. Já houve uma época da minha vida em que o meu sustento vinha apenas do mar. Está saindo um pó químico. Está matando todas as espécies de peixe”, afirmou Atan, na ocasião.

Desde então, o Inema realizou inspeções, coletas de água superficial, água intersticial (abaixo da areia), sedimentos e organismos marinhos em oito pontos entre São Tomé de Paripe e a Praia do Inema. Os resultados laboratoriais identificaram concentrações elevadas de cobre,

além de nitrato, nitrito e nitrogênio amoniacal próximos aos pontos onde surgiram líquidos azulados e amarelados.

Segundo o órgão, houve ainda alterações em sedimentos e contaminação em organismos marinhos coletados na região. Diante dos resultados, o Inema ampliou a área com restrição de acesso e manteve a recomendação para que a população evite banho, pesca e contato direto com água e sedimentos no trecho afetado.

Empresas trocam acusações

Em nota enviada à Tribuna da Bahia, a Gerdau afirmou que o terminal marítimo foi vendido em 2022 para a Intermarítima, com transferência da licença ambiental para o novo operador. A empresa também contestou a tese de que já exista conclusão técnica apontando passivo histórico como causa da contaminação. “A Gerdau refuta a tese e acusações de que há conclusões de que as manchas atuais configuram passivo histórico, pois nenhuma análise técnica foi conclusiva quanto às reais causas”, afirmou a companhia.

A empresa sustenta ainda que o próprio Ministério Público teria constatado continuidade da poluição após a transferência da operação, o que, segundo a Gerdau, indicaria responsabilidade exclusiva da atual operadora. Mesmo assim, informou que se colocou à disposição para contribuir com parte do auxílio à comunidade e dos custos das investigações.

Já o Terminal Itapuã/Intermarítima destacou que opera desde 2022 com fertilizantes e que não transporta materiais de coloração azul ou verde como os encontrados na praia. A empresa também atribuiu cobre e metais pesados a um passivo anterior ligado ao período em que a área era operada pela Gerdau.

“Conforme estudos e pareceres já apresentados, o cobre e outros metais pesados que agora surgiram eram pré-existentes, de quando o terminal era operado pela Gerdau, que trabalhou no equipamento até o início de 2022 e ainda é a proprietária oficial do local”, afirmou

a empresa.

EMERGÊNCIA AMBIENTAL

O decreto de emergência publicado pela Prefeitura de Salvador na terça-feira (10) reconhece danos ambientais provocados por substâncias químicas associadas às atividades desenvolvidas pela Gerdau e pela Intermarítima, conforme apuração do Ministério Público da Bahia. A medida terá validade inicial de 90 dias e busca permitir acesso a recursos federais para assistência humanitária, recuperação ambiental e mitigação dos danos. Segundo o prefeito Bruno Reis, o decreto também fortalece juridicamente futuras medidas de responsabilização.

“A gente aguardava o laudo do Inema. Depois que foi concluído, decretamos situação de emergência. Este é um pré-requisito para habilitação junto ao Governo Federal para buscar recursos e benefícios”, afirmou. Além dos impactos ambientais, moradores relatam prejuízos econômicos e insegurança diante da suspensão da pesca e da interdição parcial da faixa litorânea.

O prefeito informou ainda que uma reunião será realizada com a participação de diversos órgãos municipais para elaborar um plano de ação conjunto. “Decidimos publicar este decreto e, a partir de agora, a Prefeitura vai elaborar um plano de trabalho, seja a partir do cadastro que já temos das famílias, seja em parceria com os governos federal ou estadual. A Prefeitura, desde o primeiro momento, vem dando todo o apoio e assistência àquela população”, afirmou.

Passivo antigo ou contaminação recente?

A principal disputa agora envolve a origem da contaminação. Em entrevista à Tribuna da Bahia nessa quarta-feira (10), o diretor-geral do Inema, Eduardo Topázio, afirmou que as análises apontam indícios de um passivo ambiental antigo ligado à operação histórica do terminal, quando a área era utilizada pela antiga Usiba/Gerdau.

Segundo ele, parte dos metais encontrados atual-

mente não corresponde aos materiais movimentados na operação portuária atual. “Há elementos químicos que foram encontrados e que não são mais operados atualmente naquela área. O cobre, por exemplo, era utilizado em operações anteriores do porto. Então há, sim, elementos soterrados, enterrados naquela área, que hoje estão percolando e chegando à praia”, disse.

Topázio, no entanto, reconheceu que a investigação também apura possíveis fontes mais recentes de contaminação associadas à atividade atual do terminal. “Também é possível haver contaminação associada aos materiais transportados atualmente, como fertilizantes. Existe uma associação com compostos nitrogenados, como o nitrogênio amoniacal”, detalhou.

O diretor do instituto afirmou ainda que a definição de responsabilidade dependerá também de avaliação jurídica sobre contratos e sucessão das operações na área. “Pode ser responsabilidade da operação atual, da anterior ou de ambas. Isso depende da análise contratual e jurídica. O Inema está identificando as fontes e a origem dos contaminantes”, declarou.

DESTAQUE

Bahia lidera construção civil no Norte/Nordeste com R\$ 25,9 bi em obras

Foto : Romildo de Jesus



BRASIL
Bahia está na sétima posição entre os estados

A liderança regional também apareceu na geração de renda. Em 2024, as empresas baianas da construção pagaram R\$ 4,525 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, valor que correspondeu a 5,2% do total desembolsado pelo setor no país.

O rendimento médio dos trabalhadores da construção na Bahia ficou em 1,9 salário mínimo. O indicador superou a média do Nordeste, de 1,8 salário mínimo, mas permaneceu abaixo da média nacional, estimada em 2,2 salários mínimos.

O valor das incorporações, obras e serviços executados pelas empresas baianas alcançou R\$ 25,912 bilhões em 2024. O resultado foi o quinto maior do Brasil e o maior entre os estados do Norte e Nordeste, representando 5,6% dos R\$ 464,354 bilhões movimentados pelo setor no país.

No ranking nacional de valor das obras, a Bahia ficou atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. O estado respondeu sozinho por 31,1% de todo o valor gerado pela construção civil nordestina, estimado em R\$ 83,336 bilhões.

As obras de infraestrutura concentraram a maior parcela da atividade da construção civil baiana em 2024. O segmento movimentou R\$ 11,5 bilhões, o equivalente a 44,3% do valor total das obras realizadas no estado.

Na sequência apareceram a construção de edifícios, responsável por R\$ 9,1 bilhões e 35,2% do total, e os serviços especializados para construção, com R\$ 5,3 bilhões e participação de 20,5%. Em âmbito nacional, a infraestrutura também liderou a composição do setor, respondendo por 38,4% do valor das obras realizadas no país.

EVENTO

Illy canta Belo em show na Casa do Comércio no Dia dos Namorados

Reconhecida por sua versatilidade ao transitar entre a MPB, o samba de roda e outros ritmos da música brasileira, a cantora baiana Illy promete embalar o Dia dos Namorados em Salvador com uma apresentação especial. Nesta sexta-feira (12), às 20h, a artista sobe ao palco do Teatro Sesc Casa do Comércio para apresentar o espetáculo “Illy Canta Belo”. Os ingressos já estão à venda, com valores de R\$ 40 e R\$ 20 (meia). Cliente Sesc paga R\$32.

Após consolidar sua trajetória com três álbuns de estúdio e o projeto “Samba



ARTISTA
Cantora baiana fará apresentação especial para a data

Djanira”, Illy aposta agora em um tributo ao cantor Belo, um dos principais nomes do pagode romântico nacional. Acompanhada por três músicos, ela revisita

grandes sucessos do artista em versões intimistas, imprimindo sua personalidade musical e sua interpretação singular às canções que marcaram gerações.

SAÚDE

ACM Neto propõe soluções para a fila da regulação

O ex-prefeito de Salvador e pré-candidato a governador da Bahia ACM Neto (União) apresentou novas propostas para resolver a fila da regulação na Bahia. Para ele, em casos emergenciais, as pessoas não podem aguardar na fila e precisam ser atendidas imediatamente.

“A pessoa teve um infarto, sofreu um acidente com politraumatismo, um AVC: nesses casos não pode existir regulação. Tem que

ter atendimento imediato”, declarou, em vídeo publicado em suas redes sociais.

Na avaliação do ex-prefeito de Salvador, falta trabalho e planejamento do governo para resolver a situação da fila da regulação. “Dá para acabar com a fila da regulação, dá para acabar com a espera. Agora, tem que ter trabalho”, propôs.

Neto criticou o governo de Jerônimo Rodrigues (PT) e indicou que há possibilidade de desafogar a fila da

regulação com parcerias com setor privado e com a rede de unidades filantrópicas.

“Estado pode comprar a vaga na clínica particular. Quantas clínicas funcionam com um espaço livre de atendimento? Outras que podem funcionar à noite no esquema de corujão, para que, com os mutirões, você pegue todos aqueles procedimentos que estão aguardando na fila e resolva”, pontuou.